



**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com as Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras**

Banco Original S.A.

30 de junho de 2020

	Pág.
Relatório da Administração	2
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1. Contexto Operacional	13
2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	13
3. Principais Práticas Contábeis	13
4. Caixa e Equivalentes de caixa	15
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15
6. Títulos e Valores Mobiliários	15
7. Operações de Crédito e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	18
8. Outros Instrumentos Financeiros	19
9. Outros Créditos - Diversos	19
10. Carteira de Câmbio	20
11. Outros Valores e Bens	20
12. Investimentos	20
13. Imobilizado de Uso	20
14. Intangível	20
15. Depósitos	21
16. Captações no Mercado Aberto	21
17. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	21
18. Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	21
19. Despesa de Captação no Mercado	21
20. Despesa de Empréstimos e Repasses	21
21. Relações Interfinanceiras	21
22. Relações Interdependências	22
23. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias	22
24. Outras Obrigações - Provisões Cíveis e Trabalhistas	22
25. Outras Obrigações - Diversas	22
26. Patrimônio Líquido	23
27. Partes Relacionadas	23
28. Receitas de Prestação de Serviços	24
29. Receitas de Tarifas Bancárias	24
30. Despesas de Pessoal	24
31. Outras Despesas Administrativas	24
32. Despesas Tributárias	24
33. Outras Receitas	25
34. Outras Despesas	25
35. Tributos	25
36. Estrutura de Gerenciamento de Riscos	26
37. Suficiência de Capital	27
38. Informações Complementares	27
39. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.	28
40. Eventos Subsequentes	28
Relatório do Comitê de Auditoria	29

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Original S/A, encerradas em 30 de junho de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas bem como do relatório dos auditores independentes.

O Banco Original S/A encerrou o primeiro semestre de 2020 com patrimônio líquido R\$ 1,9 bilhão (R\$ 2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2019) e total de ativos de R\$ 14,5 bilhões (R\$ 12,6 bilhões em 31 de dezembro de 2019).

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permita o controle tempestivo independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado.

A Administração agradece aos clientes, acionistas, parceiros pela confiança investida e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 25 de agosto de 2020.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 39 das demonstrações financeiras individuais do Banco, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3c.3 e 7 para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. Nesse sentido, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco sobre a classificação de risco. Devido à relevância das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito e do montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão basear-se em premissas e julgamentos feitos pela administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) que suportam a classificação das operações e suas principais premissas.

Verificamos, com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes do Banco com base nas políticas internas de crédito, tais como a análise de crédito, informações financeiras e cadastrais, garantias e plano de recuperação judicial, que inclui as metodologias e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Analizamos o cálculo aritmético da provisão, incluindo na avaliação o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o nível de provisionamento é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3j e 35d, as demonstrações financeiras individuais do Banco incluem ativos relativos a créditos tributários. Os créditos tributários sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Devido à relevância dos saldos relativos a esses créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização e ativação dos saldos de créditos tributários no ativo.

Testamos a razoabilidade e consistência dos métodos, premissas e dados utilizados na preparação do plano de negócios do Banco além do estudo técnico e a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários, bem como, a avaliação feita pelo Banco dos eventuais efeitos da conjuntura econômica em suas projeções de resultados futuros.

Realizamos um comparativo entre o anteriormente projetado x realizado avaliando a consistências das projeções em uma análise retrospectiva.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras individuais, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de setembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Ativo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		10.132.511	8.632.107
Caixa e equivalentes de Caixa	4	835.253	1.269.853
Instrumentos Financeiros		8.699.708	7.051.845
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	418.532	358.894
Títulos e Valores Mobiliários	6	3.599.700	1.892.111
Derivativos	6.4	106.364	23.181
Operações de Crédito e Outros Créditos		2.278.933	2.001.352
Operações com Características de Concessão de Crédito	7 a	2.466.792	2.186.404
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7 d	(187.859)	(185.052)
Outros	8	2.296.179	2.776.307
Relações Interfinanceiras	21	233.378	11.673
Relações Interdependências	22	9.375	9.114
Outros Créditos		174.223	148.514
Diversos	7, 9 e 10	174.223	148.514
Outros Valores e Bens	11	180.574	141.108
Não Circulante		4.341.516	4.019.128
Realizável a Longo Prazo		3.403.345	3.210.605
Instrumentos Financeiros		2.873.472	2.775.719
Títulos e Valores Mobiliários	6	462.586	546.240
Derivativos	6.4	31.930	7.267
Operações de Crédito e Outros Créditos		2.378.956	2.222.212
Operações com Características de Concessão de Crédito	7 a	2.525.840	2.308.167
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7 d	(146.884)	(85.955)
Outros Créditos		529.873	434.886
Créditos Tributários	35 b	509.619	418.275
Diversos	7, 9 e 10	20.254	16.611
Investimentos	12	122.461	78.874
Imobilizado de Uso	13	166.955	130.706
Depreciação Acumulada	13	(64.279)	(60.768)
Intangível	14	1.082.520	981.166
Amortização Acumulada	14	(369.486)	(321.455)
Total do Ativo		14.474.027	12.651.235

Passivo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		8.678.431	5.418.133
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		8.000.795	4.813.126
Depósitos	15	5.056.164	2.393.156
Captações no Mercado Aberto	16	173.871	472.187
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17	2.718.647	1.932.325
Obrigações por Empréstimos e Repasses no País	18	10.170	-
Derivativos	6.4	41.943	15.458
Relações Interfinanceiras	21	324.507	314.092
Relações Interdependências	22	18.498	4.945
Outras Obrigações		334.631	285.970
Fiscais e Previdenciárias	23	14.477	69.924
Provisões Cíveis e Trabalhistas	24	67.115	66.787
Outras Obrigações - Diversas	25	253.039	149.259
Não Circulante		3.909.241	5.136.545
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		3.870.831	5.036.395
Depósitos	15	2.070.587	3.512.237
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17	1.800.244	1.521.418
Derivativos	6.4	-	2.740
Outras Obrigações		38.410	100.150
Obrigações Fiscais Diferidas	35 c	18.662	81.913
Outras Obrigações - Diversas	25	19.748	18.237
Patrimônio Líquido		1.886.355	2.096.557
Capital Social	26 a	2.130.001	2.130.001
Outros Resultados Abrangentes	26 c	14.592	5.736
Prejuízos Acumulados		(258.238)	(39.180)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		14.474.027	12.651.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Receitas da Intermediação Financeira		685.804	852.232
Operações de Crédito	7 f	1.057.320	346.485
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.3	238.323	451.283
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.4 c	(688.742)	45.357
Resultado de Operações com Câmbio	10 b	78.903	9.107
Despesas da Intermediação Financeira		(397.879)	(323.003)
Operações de Captação no Mercado	19	(397.656)	(322.963)
Operações de Empréstimos e Repasses	20	(223)	(40)
Resultado da Intermediação Financeira Antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa		287.925	529.229
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7 e	(162.921)	(85.051)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	7 e	12.175	16.178
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		137.179	460.356
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(475.353)	(360.036)
Receitas de Prestação de Serviços	28	38.669	16.938
Receitas de Tarifas Bancárias	29	17.333	10.873
Despesas de Pessoal	30	(161.325)	(136.359)
Outras Despesas Administrativas	31	(303.571)	(207.784)
Despesas Tributárias	32	(18.505)	(28.105)
Resultado de Participações em Controladas	12	(43.589)	(3.590)
Outras Receitas	33	31.609	6.826
Outras Despesas	34	(35.974)	(18.835)
Resultado antes dos Tributos e Participações		(338.174)	100.320
Imposto de Renda e Contribuição Social	35 a	138.647	(72.253)
Provisão para Contribuição Social		61.631	-
Ativo Fiscal Diferido		77.016	(72.253)
Provisão para Participação nos Lucros		(20.371)	(27.488)
Resultado Líquido		(219.898)	579
Resultado Líquido por Ação - (537.826.073) Ações		(0,4089)	0,0011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Resultado Líquido	(219.898)	579
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Variação do Valor Justo	7.598	15.142
Efeito dos Tributos	(3.419)	(6.814)
Hedge		
Variação do Valor Justo	8.504	(107)
Efeito dos Tributos	(3.827)	48
Outros Resultados Abrangentes	8.856	8.269
Resultado Abrangente	(211.042)	8.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO ORIGINAL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.130.001	3.289	(45.952)	2.087.338
Outros Resultados Abrangentes	-	8.269	-	8.269
Resultado Líquido	-	-	579	579
Saldo em 30 de junho de 2019	2.130.001	11.558	(45.373)	2.096.186
Mutações do Período	-	8.269	579	8.848
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557
Outros Resultados Abrangentes	-	8.856	-	8.856
Ajuste participação PICPAY	-	-	840	840
Resultado Líquido	-	-	(219.898)	(219.898)
Saldo em 30 de junho de 2020	2.130.001	14.592	(258.238)	1.886.355
Mutações do Período	-	8.856	(219.058)	(210.202)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	Nota	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Atividades Operacionais			
Resultado Líquido		(219.898)	579
Ajustes ao Resultado Líquido		(727.296)	(102.780)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		162.921	85.051
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	43.589	3.590
Depreciações e Amortizações	31	60.376	52.058
Variação Cambial e Juros		(695.236)	(7.228)
Ajuste ao Valor Justo		(105.010)	(315.102)
Tributos Diferidos		(145.963)	87.077
Provisões Cíveis e Trabalhistas		328	8.832
Provisão para Participação nos Lucros		(38.462)	(16.499)
Provisão para Desvalorização BNDU		-	3.679
Demais Ajustes		(9.839)	(4.238)
Resultado Líquido Ajustado		(947.194)	(102.201)
Variações em Ativos e Passivos			
Redução / (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(14.426)	36.122
Redução / (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(1.372.963)	(213.679)
Redução / (Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos		(84.101)	(6.447)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		116.087	17.630
Redução / (Aumento) em Operações de Crédito		91.389	(262.769)
Redução / (Aumento) em Outros Créditos		395.965	(105.905)
Redução / (Aumento) em Outros Valores e Bens		(39.466)	(1.313)
Aumento / (Redução) em Depósitos		1.176.145	268.598
Aumento / (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(298.317)	(335.779)
Aumento / (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.065.149	742.474
Aumento / (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		26.132	(17.476)
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações		(286.405)	101.906
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		(172.005)	121.161
Atividades de Investimento			
(Aquisição) de Investimentos		(107.117)	(4.156)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(53.884)	(3.788)
(Aplicação) no Intangível		(101.594)	(46.445)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(262.595)	(54.389)
Aumento / (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa			
		(434.600)	66.772
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	1.269.853	1.239.647
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	835.253	1.306.419
Aumento / (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(434.600)	66.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66, Alto de Pinheiros, São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foi realizada a consolidação dos saldos da agência nas Ilhas Cayman.

Uso de estimativas e julgamentos sobre valores reportados

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, as revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Os principais valores que possuem risco de resultar em ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões e contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Determinados critérios de provisionamento de perdas estimadas com operações de crédito;
- Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020 as Demonstrações Financeiras sofreram alterações em sua estrutura por conta das determinações da Resolução do CMN nº 4.270/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019. Essas normas visam aproximar a apresentação das informações financeiras às normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As principais alterações em decorrência desses normativos foram os saldos do Balanço Patrimonial do período, apresentados comparativamente com os do final do exercício imediatamente anterior e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

	Publicação Dezembro 2019	31/12/2019	01/01/2020	Critério Circular 3.959
Ativo				
Disponibilidades		57.324	370.013	Caixa e equivalentes a Caixa
			9.827.564	Instrumentos Financeiros
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		671.583	358.894	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		3.368.639	3.338.191	Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Fin. Derivativos
			30.448	Derivativos
Operações de Crédito		4.259.773		
Operações de Crédito		4.494.571	4.494.571	Operações de Crédito
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)		(234.798)	(271.007)	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
			2.776.307	Outros
Relações Interfinanceiras		11.673	11.673	Relações Interfinanceiras
Relações Interdependências		9.114	9.114	Relações Interdependências
Outros Créditos		3.323.498	583.400	Outros Créditos
Outros Créditos		3.359.707	418.275	Créditos Tributários
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(36.209)	165.125	Diversos
Outros Valores e Bens		141.108	141.108	Outros Valores e Bens
Permanente		808.523		
Investimentos em coligadas e controladas		78.874	78.874	Investimentos
Imobilizado de Uso		69.938		
Outras Imobilizações de Uso		130.706	130.706	Imobilizado de Uso
(Depreciação Acumulada)		(60.768)	(60.768)	(Depreciação Acumulada)
Intangível		659.711		
Ativos Intangíveis		981.166	981.166	Ativos Intangíveis
Amortizações Acumuladas		(321.455)	(321.455)	Amortizações Acumuladas
Total do Ativo		12.651.235	12.651.235	Total do Ativo
Passivo				
Depósitos		5.905.393	9.849.529	Depósitos e demais Instrumentos Financeiros
Captações no Mercado Aberto		472.187	5.905.393	Depósitos
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		3.453.743	472.187	Captações no Mercado Aberto
Instrumentos Financeiros Derivativos		18.198	3.453.743	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos
Relações Interfinanceiras		8	18.198	Instrumentos Financeiros Derivativos
Relações Interdependências		4.945	8	Relações Interfinanceiras
			4.945	Relações Interdependências
Outras Obrigações		681.967	700.204	Outras Obrigações
			69.924	Obrigações Fiscais e Previdenciárias
			81.913	Obrigações Fiscais Diferidas
			66.787	Provisões Cíveis e Trabalhistas
			481.580	Outras Obrigações - Diversas
Resultados de Exercícios Futuros		18.237		
Patrimônio Líquido		2.096.557	2.096.557	Patrimônio Líquido
Capital Social		2.130.001	2.130.001	Capital Social
De Domiciliados no País		2.130.001		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		5.736	5.736	Outros Resultados Abrangentes
Prejuízos Acumulados		(39.180)	(39.180)	Prejuízos Acumulados
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		12.651.235	12.651.235	Total do Passivo e Patrimônio Líquido

As Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 25 de agosto de 2020 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo princípio da competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

c) Instrumentos Financeiros

c.1) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

● **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;

● **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de "Outros Resultados Abrangentes" e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido;

● **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no Patrimônio Líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

c.2) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

● **Hedge de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado;

● **Hedge de Investimento no Exterior - Hedge de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

c.3) Operações de Crédito, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela Resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O Banco adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Essas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco Original para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

Com o objetivo de atenuar os impactos da COVID-19 na economia, o CMN flexibilizou temporariamente a caracterização de um ativo problemático, permitindo que situações de incapacidade financeira da contraparte para honrar a obrigação nas condições pactuadas e reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

c.4) Outros

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

d) Outros Créditos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

e) Investimentos

Os ajustes do investimento em sociedade controlada são apurados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas.

f) Imobilizado de Uso

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos.

g) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido de forma linear das amortizações para os intangíveis produzidos internamente, à taxa de 10% a.a. e para intangíveis adquiridos as amortizações variam de 6 a 180 meses, de acordo com a vida útil de cada ativo.

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

h) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (*Impairment*)

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

i) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20% (de janeiro a dezembro de 2019, à alíquota de 15%).

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes. Os créditos sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período base.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas Tributárias".

l) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se da seguinte forma:

● **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

● **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;

● **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;

● **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

m) Outras Obrigações

Estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e variações monetárias até a data do balanço. Nas operações pré-fixadas pelo valor de resgates são deduzidas das despesas a apropriar.

n) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pelo Banco são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas, são contabilizadas mensalmente em Comissões por Coobrigações a Receber, em contrapartida de Rendas de Garantias Prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, apropriando-se mensalmente, segundo o Princípio da Competência.

Os avais e fianças prestadas e honradas e não honradas têm provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição

	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	66.330	57.324
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	166.999	212.489
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.004	12.492
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	146.995	199.997
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	100.200
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	100.200
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	601.924	899.840
Letras do Tesouro Nacional - LTN	601.924	899.840
Total	835.253	1.269.853

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2020	31/12/2019
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	273.124	13.679	286.803	279.931
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	13.679	13.679	13.441
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinculados Crédito	273.124	-	273.124	266.490
Aplicações em Moedas Estrangeiras	131.729	-	131.729	78.963
Total	404.853	13.679	418.532	358.894
Circulante			418.532	358.894

6. Títulos e Valores Mobiliários

6.1) Valor de Custo e de Mercado

a) Títulos para Negociação

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	363.498	(67)	363.431	210.164
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.523.156	11.348	1.534.504	220.514
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	10	19	29	176.538
Debêntures	685	160	845	2.036
Total Carteira Própria	1.887.349	11.460	1.898.809	609.252
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.854	(1)	16.853	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	148.589	618	149.207	-
Títulos Privados				
Debêntures	9.417	(251)	9.166	49.262
Total Vinculados a compromissos de recompra	174.860	366	175.226	49.262
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	106.126	540	106.666	409.214
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	71.177
Outros				
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	24.646	-	24.646	24.237
Total Vinculados à prestação de garantias	130.772	540	131.312	504.628

b) Títulos Disponíveis para Venda

	Valor de Custo	Ajuste a Mercado - Resultado	30/06/2020	31/12/2019
			Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	47.153	90	47.243	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	810.277	18.377	828.654	278.071
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽²⁾	4.877	(2.337)	2.540	2.799
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia	116.482	-	116.482	116.163
Fundo de investimento em direitos creditórios Picpay ⁽³⁾	789.230	-	789.230	451.786
Total Carteira Própria	1.768.019	16.130	1.784.149	848.819
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	426.390
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	426.390
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	71.204	1.586	72.790	-
Total Vinculados à prestação de garantias	71.204	1.586	72.790	-

6.2) Por Vencimento e nível de Valor Justo

a) Títulos para Negociação

	Nível	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2020	31/12/2019
						Total	Total
Carteira Própria							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	89.679	273.752	363.431	210.164
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	417.438	81.587	1.035.479	1.534.504	220.514
Títulos Privados							
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	1	29	-	-	-	29	176.538
Debêntures	2	-	-	845	-	845	2.036
Total Carteira Própria		29	417.438	172.111	1.309.231	1.898.809	609.252
Circulante						1.898.809	609.252
Vinculados a compromissos de recompra							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	16.853	-	16.853	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	-	149.207	149.207	-
Títulos Privados							
Debêntures	2	-	-	9.166	-	9.166	49.262
Total Vinculados a compromissos de recompra		-	-	26.019	149.207	175.226	49.262
Circulante						175.226	49.262
Vinculados à prestação de garantias							
Títulos Públicos							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	66.037	40.629	106.666	409.214
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	-	-	-	71.177
Outros							
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	2	24.646	-	-	-	24.646	24.237
Total Vinculados à prestação de garantias		24.646	-	66.037	40.629	131.312	504.628
Circulante						131.312	504.628

b) Títulos Disponíveis para Venda

	Nível	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2020	31/12/2019
						Total	Total
Carteira Própria							
Títulos Públicos							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	-	47.243	47.243	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	-	155.080	273.197	400.377	828.654	278.071
Títulos Privados							
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽²⁾	2	2.540	-	-	-	2.540	2.799
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia	2	116.482	-	-	-	116.482	116.163
Fundo de investimento em direitos creditórios Picpay ⁽³⁾	2	789.230	-	-	-	789.230	451.786
Total Carteira Própria		908.252	155.080	273.197	447.620	1.784.149	848.819
Circulante						1.336.529	598.203
Longo Prazo						447.620	250.616
Vinculados a compromissos de recompra							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	-	-	-	-	-	426.390
Total Vinculados a compromissos de recompra		-	-	-	-	-	426.390
Circulante						-	130.766
Longo Prazo						-	295.624
Vinculados à prestação de garantias							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1	-	-	57.824	14.966	72.790	-
Total Vinculados à prestação de garantias		-	-	57.824	14.966	72.790	-
Circulante						57.824	-
Longo Prazo						14.966	-

⁽¹⁾ Ações da JBS S.A.

⁽²⁾ A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

⁽³⁾ No primeiro semestre de 2020 efetuamos aplicações no fundo de investimentos em direitos creditórios Picpay no montante de R\$ 789.230. Possuímos em dezembro de 2019 100% das cotas deste fundo e somos cotista subordinados.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

Nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados no nível 3.

6.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18.767	32.155
Resultado de Títulos de Renda Fixa	178.590	93.605
Resultado de Títulos de Renda Variável	7.040	322.406
Resultado de Títulos no Exterior	33.926	3.117
Total	238.323	451.283

6.4) Instrumentos Financeiros Derivativos

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas** - Cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas** - Determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

a) Por Valor de Mercado

	30/06/2020			31/12/2019		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos
NDF						
Posição Ativa	120.204	115.720	971.932	19.921	17.533	1.419.701
Prefixado	64	1.514	562.858	6.075	6.346	382.817
Dólar	119.033	113.123	409.039	12.340	9.709	1.036.714
Real	1.107	1.083	-	1.506	1.478	170
Euro	-	-	35	-	-	-
Posição Passiva	(11.892)	(1.842)	(971.932)	(11.801)	(15.360)	(1.419.701)
Prefixado	(17)	(18)	(409.039)	(2)	(14.682)	(1.036.649)
Dólar	(11.670)	(1.641)	(561.939)	(667)	(552)	(380.371)
Euro	(205)	(183)	(919)	(11.063)	(126)	(2.446)
Real	-	-	(35)	(69)	-	(235)
Diferencial Líquido	108.312	113.878	-	8.120	2.173	-

	30/06/2020			31/12/2019		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato
Swap						
Posição Ativa	11.182	15.805	562.808	2.929	12.454	751.758
Prefixado	28	1.106	114.225	28	1.691	233.113
Dólar	11.111	13.151	72.014	760	2.100	125.800
CDI	43	1.548	376.569	2.141	8.663	392.845
Posição Passiva	(32.630)	(33.937)	(562.808)	(2.341)	(1.862)	(751.758)
Prefixado	(106)	(2.443)	(332.129)	(75)	(41)	(348.954)
Dólar	(32.524)	(31.494)	(179.038)	(2.050)	(1.780)	(314.396)
CDI	-	-	(51.641)	(216)	(41)	(88.129)
Euro	-	-	-	-	-	(279)
Diferencial Líquido	(21.448)	(18.132)	-	588	10.592	-

Opções -Futuro						
Posição Ativa						
Compra de Opção de Compra	-	6.769	11.642	-	461	37.966
	-	6.769	11.642	-	461	37.966
Posição Passiva						
Venda de Opção de Venda	-	(6.164)	(11.642)	-	(976)	(37.966)
	-	(6.164)	(11.642)	-	(976)	(37.966)
Diferencial Líquido	-	605	-	-	(515)	-

	30/06/2020			31/12/2019		
	Custo - Valor a Receber/(Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	108.312	5.566	113.878	971.932	(5.947)	1.419.701
Contratos de Swap a Receber/(Pagar)	(21.448)	3.316	(18.132)	562.808	10.004	751.758
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	605	605	11.642	(515)	37.966
Total	86.864	9.487	96.351	1.546.382	3.542	2.209.425

b) Por Vencimento

	30/06/2020			31/12/2019		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado						
Operações NDF a Receber/(Pagar)	45.560	46.101	22.217	113.878	2.173	
Operações Swap a Receber/(Pagar)	(6.143)	(21.702)	9.713	(18.132)	10.592	
Operações Opções a Receber/(Pagar)	605	-	-	605	(515)	
Total	40.022	24.399	31.930	96.351	12.250	

	30/06/2020			31/12/2019		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Valores Referenciais dos Futuros*						
DI	1.499.500	415.200	2.220.900	4.135.600	4.512.200	
Dólar	1.681.218	-	-	1.681.218	579.598	
DDI	478.317	565.926	1.567.181	2.611.424	2.745.309	
BGI	-	7.550	-	7.550	23.998	
AUD	5.429	-	-	5.429	-	
Euro	30.743	-	-	30.743	3.387	
Total	3.695.207	988.676	3.788.081	8.471.964	7.864.492	

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	Receita	Despesa	01/01 a	01/01 a
			30/06/2020	30/06/2019
			Resultado	Resultado
NDF	370.494	(185.062)	185.432	(3.576)
Swap	29.910	(42.662)	(12.752)	11.849
Opções	2.159	(854)	1.305	699
COE	-	-	-	5
DI	242.801	(235.557)	7.244	26.916
DDI	1.459.458	(2.358.473)	(899.015)	12.961
BGI	5.872	(6.778)	(906)	146
Moedas	4.716	(2.335)	2.381	(257)
Índice	11.524	(11.385)	139	540
Dólar	1.394.264	(1.366.880)	27.384	(3.895)
Milho	83	(37)	46	(31)
S&P	38	(38)	-	-
Total	3.521.319	(4.210.061)	(688.742)	45.357

d) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

O Banco utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos no investimento na agência nas Ilhas Cayman (variação cambial), cuja moeda de suas operações é o Dólar. O valor do investimento líquido de impostos foi de USD 10.000. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de *hedge* de fluxo de caixa.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. O Banco também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

O método utilizado no teste de efetividade é o prospectivo e retrospectivo, de forma que os resultados reais se encontram na faixa de 80% a 125%. A mensuração da efetividade do hedge foi realizada com base na variação da taxa de Dólar Ptax e os demais componentes do instrumento de *hedge* foram reconhecidos no resultado.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no Patrimônio Líquido e o componente ineficaz registrado no resultado. Em 30 de junho de 2020, o valor eficaz registrado no Patrimônio Líquido foi de R\$ 26.816 e o impacto no resultado do componente inefetivo foi de R\$ 1.824 (R\$ 843 em 30 de junho de 2019) contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

e) Hedge de Risco de Mercado

As operações objeto de proteção através de estruturas de *hedge accounting* são títulos de renda fixa emitidos pelo Banco que fornecem recursos financeiros para a expansão de seus negócios ao serem adquiridos por investidores que, por sua vez, serão remunerados por uma taxa pré-fixada determinada no momento da emissão de referidos títulos.

Item objeto de *hedge* é o conjunto de captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Banco, excluindo seus *spreads* de crédito, conforme definido adiante em seção específica.

Instrumentos de *hedge* são Contratos de DI1 Futuro negociados na B3, registrados no Banco e identificados, na sua originação, como pertencentes à estratégia de *hedge accounting*.

Optou-se por caracterizar esse conjunto de operações como "*hedge* de risco de mercado", baseado na Circular 3.082 BACEN, datada de 30 de janeiro de 2002.

A estratégia de *hedge* de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundas de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao CDI, através da utilização dos derivativos (DI1 Futuro).

O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado da carteira de captações pré-fixadas, excluindo a parcela da remuneração pré-fixada representada pelo spread de crédito (risco próprio do Banco), procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

O *hedge* das captações é feito por meio da contratação de DI1 Futuro na B3. O gerenciamento do hedge não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de hedge) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da Administração).

Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento de *hedge* (derivativo), quanto o objeto de *hedge* (captações pré-fixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado.

Tal prática será descontinuada prospectivamente caso:

- O instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, terminado ou exercido;
- O *hedge* deixar de satisfazer as condições de efetividade;
- For revogada a designação.

A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 30 de junho de 2020, o valor do passivo ajustado a valor justo foi de R\$ 576.678 e o impacto no resultado foi de R\$ 16.696. A taxa de efetividade do *Hedge* foi de 99,7%.

7. Operações de Crédito e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito

a) Por Produto

	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimos, adiantamentos a depositantes e operações de crédito vinculadas a cessão	2.325.971	2.206.816
Adiantamentos a depositantes	540	400
Empréstimos	2.212.565	2.074.325
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	373.520	404.787
Capital de Giro	981.109	997.034
Conta Corrente Garantida	1.958	54.946
Empréstimo Consignado	3	87
Cheque Especial	47.593	95.299
Empréstimo Rotativo	106.760	112.039
Crédito Pessoal	372.768	314.369
Outros empréstimos	328.854	95.764
Financiamentos	2.422.445	2.024.152
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	2.422.445	2.024.152
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	87.927	60.294
Financiamentos Imobiliários	156.289	203.309
Operações de crédito vinculadas à Cessão	112.866	132.091
Adiantamento de Contratos de Câmbio	65.695	152.622
Direitos Creditórios	1.654.693	2.232.239
Operações com Cartões de Crédito	271.366	297.401
Outros créditos	10.456	14.933
Subtotal	6.994.842	7.191.766
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(334.743)	(271.007)
Total	6.660.099	6.920.759
Circulante	4.137.089	4.703.579
Longo Prazo	2.525.840	2.217.182

⁽¹⁾ Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

⁽²⁾ Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Por Setor de Atividade

				30/06/2020	31/12/2019
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
Setor Privado					
Rural	5.603	1.002.525	1.397.588	2.405.716	2.012.436
Indústria	70	344.870	396.894	741.834	1.033.522
Pessoas Físicas	104.569	599.731	431.478	1.135.778	890.552
Comércio	28.711	1.807.218	155.517	1.991.446	2.164.019
Serviços	13.552	308.039	235.948	557.539	835.262
Outros	1.306	108.755	52.468	162.529	255.975
Total	153.811	4.171.138	2.669.893	6.994.842	7.191.766

c) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	30/06/2020		31/12/2019	
			Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	891.854	13%	3.881	1%	842.696	1%
40 Maiores Devedores Seguintes	1.818.090	26%	51.004	15%	1.752.258	13%
80 Maiores Devedores Seguintes	1.080.009	15%	13.876	4%	1.065.336	2%
Demais Devedores Seguintes	3.204.889	46%	265.982	79%	3.531.476	84%
Total	6.994.842	100%	334.743	100%	7.191.766	100%

d) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A abertura das posições "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2020. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			30/06/2020
		Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Constituída ⁽²⁾
AA	0,0%	1.151.643	-	1.151.643	-
A	0,5%	4.706.308	61	4.706.371	23.123
B	1%	387.438	10.694	398.133	4.005
C	3%	232.304	39.529	271.833	10.113
D	10%	31.129	20.193	51.321	11.566
E	30%	187.969	14.992	202.960	76.091
F	50%	1	1.368	1.369	685
G	70%	26.013	28.862	54.875	52.823
H	100%	26.358	129.981	156.337	156.337
Total		6.749.163	245.678	6.994.842	334.743

⁽¹⁾ Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos a partir de 15 dias.

⁽²⁾ A provisão é adequada para fazer face as perdas prováveis na realização dos créditos.

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			31/12/2019
		Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Constituída ⁽²⁾
AA	0,0%	1.681.434	-	1.681.434	-
A	0,5%	4.591.540	-	4.591.540	23.073
B	1%	241.913	18.479	260.392	2.640
C	3%	266.478	44.769	311.247	11.514
D	10%	12.054	26.244	38.298	9.475
E	30%	95.258	45.258	140.516	58.157
F	50%	5	1.620	1.625	813
G	70%	5.987	38.724	44.711	43.332
H	100%	30.892	91.111	122.003	122.003
Total		6.925.561	266.205	7.191.766	271.007

⁽¹⁾ Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos a partir de 15 dias.

⁽²⁾ A provisão é adequada para fazer face as perdas prováveis na realização dos créditos.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	271.007	199.715
Constituição Líquida de Reversão	162.921	196.941
Baixa para Prejuízo	(99.185)	(125.649)
Saldo Final	334.743	271.007
Circulante	(187.859)	(185.052)
Longo Prazo	(146.884)	(85.955)
Créditos Recuperados	12.175	29.657

Em 30 de junho de 2020, os créditos renegociados são de R\$ 529.848 (R\$ 259.210 em 31 de dezembro de 2019) e a Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito constituída para esses contratos é de R\$ 63.149 (R\$ 40.428 em 31 de dezembro de 2019), relativos às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

f) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	117	40
Rendas de Empréstimos	294.371	277.024
Rendas de Títulos Descontados	10.435	12.370
Rendas de Financiamentos	754.854	63.490
Resultado com Cessão de Créditos com coobrigação	655	1
Perdas com créditos Incobráveis	(3.112)	(6.440)
Total	1.057.320	346.485

8. Outros Instrumentos Financeiros

	30/06/2020	31/12/2019
Valores a receber de transações de pagamentos	271.366	297.401
Valores aportados - ATM Banco 24 Horas	238.110	87.997
Carteira de Câmbio Ativa	132.010	158.670
Direitos Creditórios	1.654.693	2.232.239
Total	2.296.179	2.776.307

9. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2020	31/12/2019
Negociação e Intermediação de Valores	6.299	27.870
Rendas a Receber	2.611	3.392
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	38.615	72.367
Devedores por Depósitos em Garantia	30.725	26.823
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	13.252	9.110
Para Interposição de Recursos Cíveis	7.002	7.501
Para Interposição de Recursos Fiscais	10.471	10.212
Adiantamentos Salariais/Outros	11.433	2.074
Devedores por Compra de Valores e Bens	10.456	14.933
Outros	94.338	17.462
Total	194.477	165.125
Circulante	174.223	148.514
Longo Prazo	20.254	16.611

10. Carteira de Câmbio

a) Composição

	30/06/2020	31/12/2019
Carteira Ativa		
Direitos sobre Venda de Câmbio	833	-
Câmbio Comprado a Liquidar	128.425	154.107
Rendas a receber de adiantamentos concedidos ⁽¹⁾	2.752	4.563
Total	132.010	158.670
Carteira Passiva		
Câmbio Vendido a Liquidar	836	-
Obrigações por Compra de Câmbio	102.741	148.059
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	(62.943)	(148.059)
Total	40.634	-

⁽¹⁾ Os valores de Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 2.752 (R\$ 4.563 em 31 de dezembro de 2019) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 62.943 (R\$ 148.059 em 31 de dezembro de 2019) compõe o saldo de R\$ 65.695 (R\$ 152.622 em 31 de dezembro de 2019).

b) Resultado de Operações de Câmbio

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Rendas de câmbio	202.932	91.782
Despesas de câmbio	(124.029)	(82.675)
Total	78.903	9.107

O aumento do resultado de operações de câmbio é oriundo, principalmente, da valorização de moedas estrangeiras frente ao real.

11. Outros Valores e Bens

	30/06/2020	31/12/2019
Bens não de Uso - Imóveis	148.451	123.003
(Provisão para Desvalorização)	(14.301)	(14.301)
Despesas Antecipadas	46.424	32.406
Total	180.574	141.108
Circulante	180.574	141.108

12. Investimentos

	Ações Ordinárias e Cotas		30/06/2020	31/12/2019
	Atividade	Participação	Participação	Participação
Controladas				
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	1.999.800	99,99%	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹⁾	Corretora de Seguros	885.550	19,90%	19,90%
Original App Ltda.	Desenvolvimento Teleatendimento/Prestação de serviços de crédito	3.449.655	99,99%	99,99%
Picpay Serviços S.A. ⁽¹⁾	Administração e prestação de serviços de pagamento	10.276	22,69%	18,91%

	Lucro / (Prejuízo)		Resultado da Equivalência Patrimonial			
	Patrimônio Líquido	Líquido 01/01 a 30/06/2020	Valor dos Investimentos 30/06/2020	31/12/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Controladas						
Original Asset Management Ltda.	3.324	22	3.345	3.323	22	73
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	80.673	(71.799)	(13.861)	496	(14.356)	(3.332)
Original App Ltda.	3.607	5.324	3.073	3.009	208	(331)
Picpay Serviços S.A. ⁽¹⁾	293.241	(143.348)	128.386	70.833	(29.463)	-
Total	380.845	(209.801)	120.943	77.661	(43.589)	(3.590)

⁽¹⁾ Em 29 de outubro de 2019, o Banco Original adquiriu o controle acionário da PicPay Serviços S.A. junto à J&F Investimentos S.A. (parte relacionada). O valor total da compra foi de R\$ 57.061, que corresponde a 6.265 ações ordinárias e foi paga em moeda corrente nessa mesma data. O valor de aquisição das ações teve como base o laudo de avaliação elaborado pela Ernst Young Assessoria Empresarial Ltda., com data base de 31/05/2019, que atribuiu preço mínimo de R\$ 321.308. A compra da participação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 16/05/2019, na forma do disposto no art. 8º da Resolução CMN Nº 2.723. Essa operação gerou Ágio de R\$ 56.987. Em maio de 2020, foram adquiridas 1.705 ações, no valor de R\$ 19.340.

b) Outros

Em 30 de junho de 2020, o saldo de Investimentos é composto também pela participação na Companhia CERTA-Central de Registro de Títulos e Ativos em R\$ 1.076 (R\$ 765 em 31 de dezembro de 2019) e investimentos em Obras de Arte no montante de R\$ 442 (R\$ 447 em 31 de dezembro de 2019).

13. Imobilizado de Uso

a) Composição

	30/06/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	55.142	(11.570)	43.572	27.325
Sistemas de Processamento de Dados	110.368	(52.186)	58.182	41.766
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.445	(523)	922	847
Total	166.955	(64.279)	102.676	69.938

b) Movimentação

	31/12/2019		Transferência/		30/06/2020	
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo Final	
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	27.325	27.647	(8.368)	(3.032)	43.572	
Sistemas de Processamento de Dados	41.766	26.007	(370)	(9.221)	58.182	
Sistemas de Segurança e Comunicações	847	230	(63)	(92)	922	
Total	69.938	53.884	(8.801)	(12.345)	102.676	

No semestre findo em 30 de junho de 2020 não há registro de perdas por impairment. (R\$ 2.587 em 30 de junho de 2019)

14. Intangível

a) Composição

	30/06/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização	Residual	Residual
Gastos com Desenvolvimento	896.549	(292.999)	603.550	585.543
Softwares	185.971	(76.487)	109.484	74.168
Total	1.082.520	(369.486)	713.034	659.711

b) Movimentação

	31/12/2019			30/06/2020
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Amortização
Gastos com Desenvolvimento	585.543	80.008	-	(39.811)
Softwares	74.168	21.586	(241)	(8.219)
Total	659.711	101.594	(241)	(48.030)
				Saldo Final
				625.740
				87.294

15. Depósitos

	30/06/2020		31/12/2019	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
Depósitos à Vista	320.918	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	-	136.670	-	-
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	-	1.607.006	2.985.041	2.070.587
Outros Depósitos	6.529	-	-	-
Total	327.447	1.743.676	2.985.041	2.070.587
Circulante				
Longo Prazo				

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90 % e 138 % do CDI, (90% e 129,5% do CDI e 31 de dezembro de 2019) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 2,15 % a.a. e 19,60 % a.a. (4,18% a.a. e 19,60 % a.a. em 31 de dezembro de 2019). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101,5 % a 106 % do CDI (101,50% a 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

16. Captações no Mercado Aberto

	30/06/2020		31/12/2019	
	Até 3 Meses	Total	Total	Total
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN		147.611	147.611	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B		-	-	422.959
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		16.848	16.848	-
Debêntures		9.412	9.412	49.228
Total	173.871	173.871	173.871	472.187
Circulante				

17. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	30/06/2020		31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	138.434	686.020	892.734	1.717.188
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	151.079	1.112.406	856.681	2.120.166
Letras Financeiras- LF	9.392	621.316	50.829	681.537
Total	298.905	2.419.742	1.800.244	4.518.891
Circulante				
Longo Prazo				

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 92% e 117% do CDI (90% e 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 1,47% a.a. e 13,26% a.a. (5,03% a.a. e 13,26% a.a. em 31 de dezembro de 2019). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 92% a 122% do CDI (90% a 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019), já para as operações pré-fixadas as taxas vão de 1,33 % a 8,61%. Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 100 % a 121% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

18. Obrigações por Empréstimos e Repasses no País

	30/06/2020		31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Funcafé - Custeio	2.541	2.541	5.082	-
Funcafé - Capital de Giro	9.392	2.544	5.088	-
Total	5.085	5.085	10.170	-
Circulante				

19. Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Depósitos Interfinanceiros	(19.449)	(5.189)
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	(290.828)	(207.550)
Captação no Mercado Aberto	(3.222)	(3.867)
Despesas de Letras de crédito do Agronegócio	(35.533)	(52.597)
Despesas de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	(5.463)	(4.866)
Despesas de Letras Financeiras	(6.706)	(4.864)
Despesas de Letras Imobiliárias	(36.455)	(44.016)
Despesas com operação estruturada -COE	-	(14)
Total	(397.656)	(322.963)

20. Despesa de Empréstimos e Repasses

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Despesas De Empréstimos No Exterior	-	398
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	(53)	(2)
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	(170)	(436)
Total	(223)	(40)

21. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações Interfinanceiras" no montante de R\$ 91.129 passivo (R\$ 302.419 passivo em 31 de dezembro de 2019) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

22. Relações Interdependências

Referem-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional e transferência de recursos entre dependências no montante de R\$ 9.123 passivo (R\$ 4.169 ativo em 31 de dezembro de 2019).

23. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	247	3.014
Impostos e Contribuições sobre Salários	10.099	13.863
I.R.- s/ Operações de renda fixa	517	216
I.R.- s/ operações de renda variável	1.230	-
IOF - Capital de Giro	-	38
Provisão para Imposto de Renda	-	26.367
Provisão para Contribuição Social	191	16.307
Outros	2.193	10.119
Total	14.477	69.924
Circulante	14.477	69.924

24. Outras Obrigações - Provisões Cíveis e Trabalhistas

	30/06/2020	31/12/2019
Provisões Cíveis	13.877	25.891
Provisões Trabalhistas	53.238	40.896
Total	67.115	66.787

a) Provisões Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ação com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria Cível Massa (consignado-Banco Original), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do Banco Digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

a.1) Movimentação

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	25.891	16.916
Constituição	2.120	18.211
Atualização Monetária	-	-
Reversão	(14.134)	(9.236)
Saldo Final	13.877	25.891

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.002 (R\$ 7.501 em 31 de dezembro de 2019).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

b) Provisões Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 13.252 (R\$ 9.110 em 31 de dezembro de 2019).

b.1) Movimentação

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	40.896	22.036
Constituição	24.210	24.078
Atualização Monetária	1.542	2.090
Reversão	(13.410)	(7.308)
Saldo Final	53.238	40.896

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

c) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras. Os riscos possíveis na esfera cível são formados por 30 ações civis públicas com pedidos no montante de R\$ 23.669, seus valores foram mensurados de acordo com os pedidos realizados pelos Ministérios Públicos dos Estados (Paraíba, Piauí, Bahia, Tocantins, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pará e Pernambuco) e opinião legal dos assessores jurídicos externos.

Para os processos fiscais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 10.471 (R\$ 10.212 em 31 de dezembro de 2019).

	30/06/2020	31/12/2019
Processos Trabalhistas	18.422	22.293
Processos Cíveis	13.877	25.891
Processos Fiscais	14.670	9.750
Total	46.969	57.934

25. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para Pagamentos a Efetuar	127.376	126.148
Despesas de Pessoaal	61.312	87.141
Outras Despesas Administrativas	43.451	19.851
Outros Pagamentos	22.613	19.156
Consignados	1.277	1.277
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	3.876	3.704
Negociação e Intermediação de Valores	6.222	1.121
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.491	781
Valores a pagar de sociedades ligadas	-	12
Credores Diversos - Exterior/País ⁽²⁾	70.365	10.180
Provisão para Fianças	1.798	6.036
Carteira de Câmbio Passiva	40.634	-
Resultado de Exercícios Futuros	19.748	18.237
Total	272.787	167.496
Circulante	253.039	149.259
Longo Prazo	19.748	18.237

⁽¹⁾ Valores a pagar para correspondentes bancários.

⁽²⁾ Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original que são pagos em outros bancos em D+1 e a obrigações com a bandeira referentes às operações com cartões de débito e crédito.

26. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social integralizado é assim representado

	30/06/2020			31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

b) Participação Acionária

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		30/06/2020	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

⁽¹⁾ É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2019	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

c) Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado líquido de impostos relativo aos títulos públicos representados por NTN, LTN, Títulos privados e Swap para o hedge do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante de R\$ 14.592 (R\$ 5.736 em 31 de dezembro de 2019).

d) JCP e Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

Em 30 de junho de 2020 e no exercício de 2019 não foram deliberados Juros sobre Capital Próprio.

e) Reserva de Lucros

e.1) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente.

e.2) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária é constituída, por determinação da administração, como destinação de uma parcela do lucro do período.

27. Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 4.636/2018, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2020	31/12/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Ações	29	176.538	19.011	125.523
JBS S.A. (JBS) ⁽¹⁾	29	176.538	19.011	125.523
Depósito à Vista	(28.958)	(118.198)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(426)	(37.541)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(3)	(6)	-	-
Original APP Ltda.	(1)	(18)	-	-
Original Asset Management Ltda.	(1)	-	-	-
Original Corporate Corretora Ltda.	(28)	(1.076)	-	-
Seara Alimentos Ltda.	-	(35.058)	-	-
J&F Participações S.A.	(146)	(8)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(44)	(64)	-	-
J&F Santa Maria Desenvolvimento Urbano	(2)	-	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(214)	(4.464)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(837)	(5.217)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(1)	(1)	-	-
Picpay Serviços S.A.	(13.161)	(12.205)	-	-
Canal Rural Produções LTDA	(51)	(1)	-	-
Fazenda Botas Agropecuária Ltda.	(3)	(4)	-	-
JJBM Participações Ltda.	-	(4)	-	-
JBj Barra do Tietê Agropecuária Ltda.	(4)	(4)	-	-
CV - Rádio e Televisão Ltda.	(7)	(7)	-	-
JBj Agropecuária Ltda.	(17)	(14)	-	-
VLBM Participações Ltda.	(58)	(33)	-	-
WWMB Participações LTDA	-	(8)	-	-
Ambar Energia Ltda.	(3)	(1)	-	-
JBS Aves Ltda.	(191)	(204)	-	-
FIP Multiestratégia Formosa	(455)	(12)	-	-
Arrossensal Agropecuária Industrial S/A	(7)	-	-	-
J&F Urbanismo	(14)	(11)	-	-
Instituto Germinare	(24)	(380)	-	-
Meat Snack partners do Brasil Ltda.	(1)	(10)	-	-
Pinheiros Fundo de Investimento em Participações	(149)	(5)	-	-
Seara Comércio de Alimentos Ltda.	(90)	(19.967)	-	-
55 Design de Moveis Ltda	(52)	(35)	-	-
FIDC não Padronizados PICPAY	(9.821)	-	-	-
ZMF Participações Ltda	-	(39)	-	-
JJMB Participações Ltda	(1)	-	-	-
FIC DE FIP JMF	(208)	(3)	-	-
FIP Caixa Milão	(7)	(7)	-	-
7773 Produções Musicais Ltda	(1)	-	-	-
JBS Confinamento Ltda	(1)	-	-	-
Pessoas Físicas	(2.929)	(1.214)	-	-

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Depósito a Prazo	(2.200.070)	(790.170)	(134.625)	(14.754)
Original APP Ltda.	(5.779)	(3.892)	(10)	(13)
J&F Participações S.A.	(1.460)	-	(2)	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(2.037)	(5.575)	(27)	(435)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(2.968)	(7.297)	(39)	(385)
JBS S.A.	(1.885.450)	(56.219)	(132.286)	(3.213)
Seara Alimentos Ltda.	(73.708)	(174.272)	(609)	(3.226)
Original Asset Management Ltda.	(2.115)	(2.171)	(18)	(200)
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	(7.034)	(4.733)	(16)	(9)
Arrossensal Agropecuária Industrial S/A	(968)	-	(1)	-
JB J Agropecuária Ltda.	(7.030)	-	(13)	-
Mataboi Alimentos Ltda	(10.503)	(10.321)	(180)	(321)
Globe Investimentos Ltda	-	(350.194)	-	(684)
Meat Snack partners do Brasil Ltda.	(5.107)	(16.037)	(57)	(280)
Piui Investimentos Imobiliários	(2.730)	(1.977)	(8)	(16)
Canal Rural Produções Ltda	(1.036)	(187)	(2)	-
Instituto Germinare	(1.300)	-	-	-
J&F Urbanismo	(125.496)	-	(396)	-
JJMB Participações Ltda	(1.126)	-	(1)	-
WWMB Participações	(300)	-	-	-
Picpay Serviços S.A.	(420)	(96.382)	(9)	(3.904)
Fundo de investimento em direitos creditórios Picpay	-	(20.051)	-	(574)
ZMF Participações Ltda	(709)	-	(2)	-
Fazenda Camargo	(968)	-	-	-
Pessoas Físicas	(61.826)	(40.862)	(949)	(1.494)

¹⁹ As ações estão marcadas ao valor de mercado e a receita é decorrente da variação positiva do período.

Demais transações

Cessão de Crédito: No semestre findo em 30 de junho de 2020, o Conglomerado adquiriu recebíveis sem coobrigação de cartão de crédito da Picpay, no montante de R\$ 1.444.396.

Direitos Creditórios: No semestre findo em 30 de junho de 2020, houve aquisição de recebíveis decorrente de vendas mercantis da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A. no montante de R\$ 1.663.270 (R\$ 1.493.873 em 31 de dezembro de 2019).

Aquisição de Investimento: Em maio de 2020, o Banco aumentou o investimentos com parte relacionada em R\$ 19.340. Em outubro de 2019, o Banco adquiriu investimento com parte relacionada no montante de R\$ 57.060.

28. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Cobrança e Arrecadações	19.734	3.513
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	508	670
Serviços de Conta Corrente e transferências	9.860	1.766
Comissões de Cartões	5.082	7.000
Rendas de Garantias Prestadas	2.843	3.819
Outras	642	170
Total	38.669	16.938

29. Receitas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Tarifas	17.333	10.873
Total	17.333	10.873

30. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Remuneração	(104.065)	(89.929)
Encargos	(33.513)	(27.891)
Benefícios	(22.818)	(18.301)
Outras	(929)	(238)
Total	(161.325)	(136.359)

31. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(26.170)	(22.455)
Depreciações e Amortizações	(60.376)	(52.058)
Propaganda e Publicidade	(6.018)	(18.308)
Comunicações	(4.054)	(2.016)
Processamento de Dados	(68.091)	(48.123)
Aluguéis	(13.971)	(4.972)
Transportes e Viagens	(2.903)	(3.414)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.633)	(1.440)
Manutenção e Conservação de Bens	(2.075)	(1.952)
Serviços do Sistema Financeiro ¹⁹	(108.859)	(42.331)
Água, Energia e Gás	(720)	(916)
Material	(468)	(461)
Despesas Legais e Jurídicas	(984)	(931)
Despesas com registros de títulos e documentos	(218)	(474)
Serviços de copa e cozinha	(379)	(406)
Outros tributos e taxas	(1.937)	(2.561)
Outras despesas administrativas	(4.715)	(4.388)
Total	(303.571)	(207.784)

¹⁹ Refere-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens, comissões, acordos operacionais com a Picpay e outros serviços financeiros.

32. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
COFINS	(13.883)	(22.954)
ISS	(2.366)	(1.421)
PIS/Pasep	(2.256)	(3.730)
Total	(18.505)	(28.105)

33. Outras Receitas

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Atualização de Depósitos Judiciais	679	270
Atualização de Impostos a Compensar	547	1.132
Recuperação de Encargos e Despesas	219	195
Reversão de Provisão para Fianças não honradas	4.339	
Reversão de Provisões Operacionais	11.181	-
Reversão de Provisões Cíveis	12.014	272
Receita com Programas de Incentivo de Cartões	1.319	-
Receita de Atualização Monetária	-	3.962
Outras Receitas	1.311	995
Total	31.609	6.826

34. Outras Despesas

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Provisões Trabalhistas	(12.343)	(2.918)
Indenizações trabalhistas	(1.269)	(3.757)
Provisão para fianças	(100)	(4.127)
Perdas com Fraudes	(5.020)	-
Prejuízos Operacionais	(5.432)	(2.242)
Comissões	(1.083)	-
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(194)	(1.703)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(8.799)	(18)
Desvalorização/ Reversão de Outros Valores e Bens (BNDU)	-	(3.679)
Outras	(1.734)	(391)
Total	(35.974)	(18.835)

35. Tributos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Resultado antes dos Tributos e participações do lucro	(358.545)	72.832
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	42.025	2.725
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	8.364	716
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	8.457	2.005
Base de cálculo - CSLL	(308.155)	76.274
Base de cálculo - IRPJ	(308.062)	77.563
CSLL ⁽¹⁾	61.631	(26.974)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	77.016	(45.279)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	138.647	(72.253)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	138.647	(72.253)

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%.

b) Créditos Tributários

	30/06/2020	31/12/2019
Prejuízo Fiscal	499.754	363.023
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	124.939	90.756
Base Negativa de Contribuição Social	504.631	367.806
Crédito de CSLL sobre Base Negativa ⁽¹⁾	100.926	73.561
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	379.994	322.859
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	38.269	35.658
Provisão para Contingências Trabalhistas	47.777	36.114
Provisão para Contingências Cíveis	13.877	25.891
Provisão para Despesas Administrativas	22.674	60.833
Provisão PLR - Administradores	-	-
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	14.302	14.302
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	15.444
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	41.567	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(1.933)	(718)
Ajustes Futuro DI e DDI	16.364	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	(761)	-
Perdas em Operações de Crédito	33.554	30.679
Outras Diferenças Temporárias	18.894	21.693
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	624.579	562.755
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	624.579	562.755
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	156.145	140.689
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	124.916	112.551
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	15.444
Ajustes Futuro DI e DDI	16.364	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	41.567	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	57.931	15.444
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	2.694	718
Total do Ativo Fiscal Diferido	509.619	418.275
Longo Prazo	509.619	418.275

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%.

c) Obrigações Fiscais Diferidas

	30/06/2020	31/12/2019
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	21.526	142.393
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	17.717	9.746
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(1.825)	(7.074)
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	20.101
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(935)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	37.418	164.231
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	9.355	41.058
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	7.484	32.846
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	21.524	142.393
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	17.717	9.746
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	20.101
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	39.241	172.240
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	1.825	8.009
Total do Passivo Fiscal Diferido	18.662	81.913
Longo Prazo	18.662	81.913

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL, conforme art.32 da Emenda Constitucional nº403, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%.

d) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Obrigações Fiscais Diferidas

Ano	30/06/2020			31/12/2019		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2020	41.307	-	41.307	159.918	81.913	78.005
2021	52.591	11.551	41.040	111.684	-	111.684
2022	114.027	3.509	110.518	26.150	-	26.150
2023	109.502	3.602	105.900	31.791	-	31.791
2024	138.469	-	138.469	41.079	-	41.079
A partir de 2025	53.723	-	53.723	47.653	-	47.653
Total	509.619	18.662	490.957	418.275	81.913	247.630

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

e) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2020, considerando a taxa de captação projetada é de R\$ 435.484 (R\$ 384.363 em 31 de dezembro de 2019).

36. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes. Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco segregava suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- *Value at Risk (VaR)* Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- *Stress Test*;
- *Stop Loss*.

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira Trading - jun/2020		Value at Risk		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	jun/20	dez/19
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	400	439	91
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	5	1	5
Soja	Preço do Futuro de Soja CME	367	0	108
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	1.302	1.259	317
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	101	0	0
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	29.352	4.234	54.160
Exposição com Correlação		27.091	3.137	

Carteira Banking - jun/2020		Teste de Estresse		
Risco		Média	jun/20	dez/19
Risco de Taxa de Juros		63.413	52.800	2.798

Destaca-se que a redução relevante do *Value at Risk (VaR)* na linha referente ao Fator de Risco Ações foi resultado da diminuição do estoque de ações da JBS. O aumento do valor do Risco de Taxa de Juros foi resultado da mudança de modelo de cálculo do IRRBB, sempre em linha com as diretrizes do Comitê de Basileia e das disposições das regulamentações vigentes. Para efeito de comparação, utilizando-se a metodologia anterior, o Risco de Taxa de Juros seria de aproximadamente R\$ 12 milhões tanto no fechamento quanto na média dos últimos doze meses relativos à data.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

- Risco de Crédito** - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.
- Risco de Mercado** - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.
- Risco de Liquidez** - Possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- Risco Operacional** - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.
- Gestão de Capital** - É o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Segundo a Resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e consequentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A estrutura de risco operacional do Banco visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atende ainda os requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

A análise de exposição das carteiras do Banco é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e. Gerenciamento de Risco Socioambiental

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o Banco Original possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSA do Banco Original é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; Avaliação e gestão de risco socioambiental; Atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; Verificação da aderência à PRSA; Divulgação e a revisão da PRSA; e Capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Relatório de Gestão de Riscos Setembro/2019. Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o Banco possui uma estrutura de Governança Corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: Conselho de Administração – órgão máximo da governança do banco, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos – Propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental; Comitê de Risco Operacional e Controles Internos (CROCI) – órgão nomeado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; Comitê de Ética – órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do Código de Ética, Códigos de Conduta Setoriais, Políticas, Circulares Normativas internas, e regulamentação aplicável; A área de Controles Internos, Riscos e Compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de Gerenciamentos de Riscos.

37. Suficiência de Capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Banco.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, Pic Pay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay e Original App.), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência Nível I	1.086.109	1.375.393
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.086.109	1.375.393
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	10.871.217	10.376.218
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	9.314.032	8.570.045
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	105.622	596.303
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	1.451.564	1.209.870
Índice de Basileia III e II	10,0%	13,3%

No primeiro semestre de 2020, o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor.

38. Informações Complementares

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2020, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Banco, mediante comissão, somam R\$ 329.561 (R\$ 358.854 em 31 de dezembro de 2019), que estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias dadas pelos beneficiários. Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 1.797 (R\$ 6.075 em 31 de dezembro de 2019).

Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal
 Outras Fianças Bancárias

Total

	30/06/2020	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2019
Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão	
7.857	-	20.961	(383)	
290.139	(1.582)	304.487	(5.526)	
31.565	(215)	33.406	(166)	
329.561	(1.797)	358.854	(6.075)	

b. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012.

c. Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela Administração foram no montante de R\$ 16.707 (R\$ 29.293 em 31 de dezembro de 2019).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento não geraram gastos no primeiro semestre de 2020. (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2019).

O Conglomerado não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

d. Plano de Saúde - Benefício pós emprego

O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2020 é de R\$ 336 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2019).

e. Combate aos efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global. Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça.

O Banco, em linha com Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, adotou medidas para mitigar os impactos causados pelo Coronavírus (COVID-19), especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital.

Cabe destacar que o Banco manteve suas atividades operacionais normalmente, adotando o Home Office como prática para grande parte de seus colaboradores.

Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, o Coronavírus (COVID-19) trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a Administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras, bem como a manutenção de suas operações.

39. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A (em conjunto com o Banco Original S.A, "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

40. Eventos Subsequentes

Entre os dias 1 de julho e 24 de agosto de 2020, o Banco adquiriu recebíveis sem coobrigação das empresas do grupo, JBS, Seara, Flora e PicPay no montante de R\$ 4.133.878.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Banco Original S.A (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 7 vezes no 1º semestre de 2020 (6 vezes no 1º semestre de 2019) e fez 39 reuniões (41 no 1º semestre de 2019) com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30.06.2020.

Nenhuma recomendação foi emitida no 1º semestre de 2020.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31.12.2019 do Banco foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas de 30 de junho de 2020.

São Paulo, 24 de agosto de 2020.

O Comitê de Auditoria